

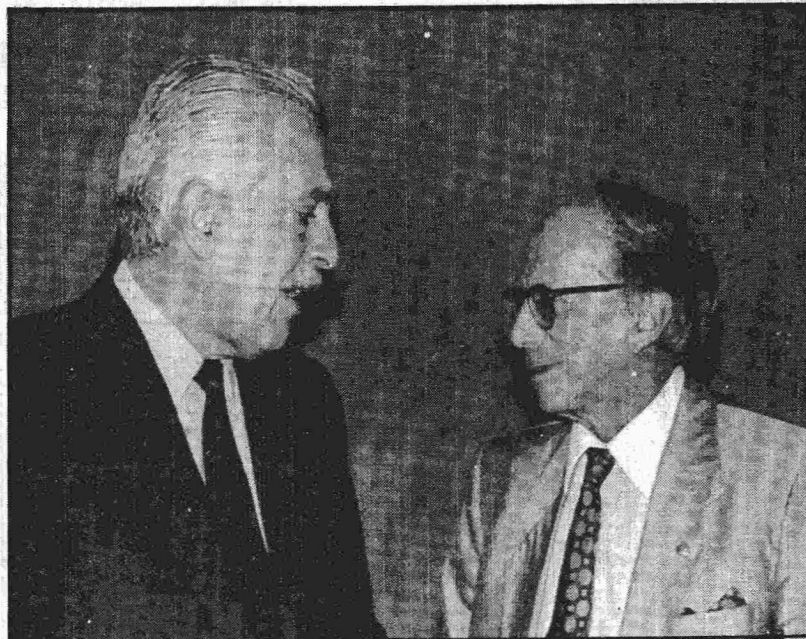
Suplicy acusa: Fiúza protegeu Pernambuco no orçamento

Telefoto de Ricardo Stuckert

BRASÍLIA — O deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE) privilegiou suas emendas no final do orçamento de 92 e, com isso, desagradou vários setores. No caso dos Ministérios da Ação Social e da Agricultura, Secretaria de Desenvolvimento Regional, Departamento Nacional de Estradas de Rodagem e Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, Fiúza destinou a emendas de sua autoria Cr\$ 67,580 bilhões, a maioria para o seu estado. No total, Pernambuco ficou com 9,8% dos recursos do orçamento, dotação menor apenas do que a de Minas Gerais (12,63%), que tem o maior número de municípios do País.

O privilégio que Fiúza concedeu denunciado ontem pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP) na Comissão Mista de Orçamento. Fiúza tentou explicar que suas emendas buscavam corrigir distorções do projeto do Governo, tanto que não se destinavam apenas a Pernambuco. A essa altura, porém, já havia desagradado parlamentares do PMDB, do PT e do PFL, como Sarney Filho (PFL-MA) e Roseana (PFL-MA), além da bancada do PMDB da Bahia, que haviam coseguido "carimbar" recursos (combinar previamente com o Governo) e se queixavam das modificações feitas pelo relator.

Suplicy, em seu estudo, mostra que as emendas do relator concentram-se principalmente em Pernambuco. Além disso, são do mesmo Estado outros parlamentares privilegiados nas emendas. Na Ação Social, por exemplo, Fiúza destinou a si mesmo Cr\$ 28 bilhões, para o sistema de abastecimento de água no bairro de Pirapama, no valor de Cr\$ 3 bilhões, e macrodrenagem do Canal do Cevouco,



Fiúza (à esquerda) conversa com Roberto Campos, na votação do orçamento

por Cr\$ 2 bilhões. No DNER, Fiúza aparece em terceiro lugar, com Cr\$ 13 bilhões, atrás de dois parlamentares de seu Estado: Sérgio Guerra (PSB-PE), relator parcial do setor, este ano, e José Carlos Vasconcelos (PFL-PE), relator parcial do DNER, no ano passado. As emendas de Vasconcelos, no valor de Cr\$ 13,370 bilhões, são todas para Pernambuco. Na SDR, Fiúza aparece com Cr\$ 22 bilhões, para recuperação das pontes de Recife (Cr\$ 1 bilhão), abastecimento de água (Cr\$ 3 bilhões) e estudo de recuperação do Rio Capiberibe (Cr\$ 3,2 bilhões). Finalmente, Fiúza é dono de Cr\$ 3 bilhões no FNDE e de Cr\$ 2 bilhões no Ministério da Agricultura.

Fora de Pernambuco, chamam a atenção as emendas do deputado José Geraldo. Apesar de ter diminuída sua destinação no Ministério da Ação Social, de Cr\$

23 bilhões para Cr\$ 9,86 bilhões, ele é quem aparece em segundo lugar, mas seu prejuízo é compensado em outros órgãos: é o terceiro, com Cr\$ 5,02 bilhões na SDR e o quinto, com Cr\$ 645 milhões, no FNDE.

Alguns dos assessores" de Fiúza na elaboração do orçamento também foram beneficiados. Em seu relatório, Fiúza agradeceu a colaboração dos deputados, os quais não têm do que se queixar. Felipe Mendes conseguiu Cr\$ 1,62 bilhão na Ação Social e Cr\$ 1,2 bilhão na Agricultura. Flávio Derzi tem Cr\$ 2,08 bilhões na Ação Social. José Luís Maia tem Cr\$ 1 bilhão na Ação Social, Cr\$ 43,955 bilhões na SDR e Cr\$ 700 milhões na Agricultura. Manoel Castro obteve Cr\$ 5 bilhões na SDR. Messias Góis, Cr\$ 1,5 bilhão na Agricultura. Finalmente, Sérgio Guerra conquistou Cr\$ 28,6 bilhões no DNER.

AS MAIORES DOTAÇÕES

Deputados campeões de emendas aprovadas

■ AÇÃO SOCIAL

- Ricardo Fiúza (PFL-PE), relator geral — Cr\$ 28,7 bilhões
- José Geraldo (PMDB-MG), relator-parcial — Cr\$ 9,8 bilhões (70% para Minas Gerais)
- Roberto Magalhães (PFL-PE) — Cr\$ 3 bilhões 180 milhões

■ DNER

- Sérgio Guerra (PSB-PE), relator parcial — Cr\$ 28,6 bilhões
- José Carlos Vasconcelos (PFL-PE) — Cr\$ 13,4 bilhões (100% para Pernambuco)
- Ricardo Fiúza — Cr\$ 13,3 bilhões

■ SDR

- José Luís Maia (PFL-PI), relator-parcial — Cr\$ 43,9 bilhões
- Ricardo Fiúza — Cr\$ 22,2 bilhões
- José Geraldo — Cr\$ 5,2 bilhões

■ FNDE

- Louremberg Nunes Rocha (PTB-MT), relator parcial — Cr\$ 9,2 bilhões
- Ricardo Fiúza — Cr\$ 3,7 bilhões

■ MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

- Felipe Mendes, relator parcial dos recursos do Pro-Agro — Cr\$ 4,1 bilhões
- Guilherme Palmeira (PFL-AL) — Cr\$ 3 bilhões
- Ricardo Fiúza — Cr\$ 2 bilhões 800 milhões